

## Conjuntura das eleições de 2016 na região metropolitana de Belo Horizonte

Em 17 de agosto, um debate promovido pelo Núcleo de Estudos Sociopolíticos (Nesp), da PUC Minas, e pelo Vicariato Episcopal de Ação Social e Política (Veasp), da Arquidiocese de Belo Horizonte, foi o primeiro evento a reunir os onze candidatos que disputam o cargo de prefeito, na capital mineira, em 2016. Ao salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem confluíram cerca de trezentas pessoas, interessadas em conhecer melhor os candidatos e suas propostas de governo.

Conforme afirma o reitor da PUC Minas e bispo auxiliar arquidiocesano, Dom Joaquim Mol, ao intervir na política, a Igreja exerce o papel de “reinventar, recriar o que está destruído na esperança das pessoas”. Para o bispo está claro que a inclusão dos mais pobres nos projetos para a cidade não se faz apenas com palavras, mas determinação e coragem são indispensáveis para fazer oposição a interesses poderosos que querem deter o monopólio sobre o espaço público.

Os discursos realizados naquela noite permitem vislumbrar algumas características do momento em que estão ocorrendo essas eleições. Ao longo destas páginas, serão apresentadas considerações com o intuito de compreender mais de perto tal contexto.

Desde já, surge uma primeira constatação: a inexistência de uma reforma política condena esta campanha à reiteração de procedimentos eleitorais, cujo resultado, ao longo das últimas décadas, tem sido o descrédito dos cidadãos frente às instituições democráticas.

Esse ponto de vista pode parecer contraditório, se se considera que, em 2015, o Congresso Nacional propôs mudanças na legislação eleitoral. No entanto, tal revisão legal foi feita de forma tópica, sem participação ampla da sociedade. Em decorrência disso, muitos analistas concordam em afirmar que pouco (ou mesmo nenhum) potencial de produzir efeitos estruturais pode ser atribuído às medidas adotadas pelo Legislativo em Brasília.

Contudo, mesmo sem ter havido reforma política, estas eleições acontecem sob os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que proibiu o financiamento de campanha eleitoral por empresas. Esse pequeno passo pode ter representado um importante avanço no sentido de diminuir as desigualdades econômicas que há décadas vinham crescendo e prejudicando a realização de disputas eleitorais efetivamente equitativas.

Entretanto, persiste a ameaça da volta do financiamento por empresas, possibilitada por emenda constitucional que venha a ser aprovada no Congresso. Dado o perfil pouco permeável aos interesses populares que domina o Legislativo federal, toda sorte de incidentes pode servir para justificar a revisão da medida tomada pelo STF. O teor de inúmeras leis aprovadas nas últimas legislaturas, tanto na Câmara como no Senado, apontam uma tendência de se garantir proteções e facilidades a certos políticos, mesmo em detrimento do bem maior da sociedade.

Contudo, não é apenas do Legislativo que têm vindo medidas retrógradas, potencialmente ameaçadoras para a democracia. Neste mês de agosto, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) enfraqueceu o efeito da Lei da Ficha Limpa, ao afirmar que as câmaras municipais (e não os tribunais de contas) têm competência para julgar contas de prefeitos. Um estudo já havia mostrado que, nas últimas eleições municipais, de 2012, a reprovação de contas foi o principal motivo para tornar um político inelegível.

Uma crítica que vem sendo feita a essa decisão do STF é que o julgamento feito por vereadores é, frequentemente, político. Teme-se que, se um prefeito detiver maioria na Câmara, terá suas contas aprovadas, mesmo que ele tenha cometido atos de improbidade ou desrespeitado princípios básicos como o da responsabilidade fiscal.

A Lei da Ficha Limpa foi um dos mais importantes avanços da democracia, em tempos recentes, no Brasil. Resultou da participação de milhares de cidadãos e de um grande esforço de mobi-

lização encampado pela CNBB. Por isso, a interpretação legal produzida pelo STF tem sido vista pelos movimentos sociais como um significativo retrocesso.

Além disso, mesmo sendo mais restritiva, a legislação eleitoral parece inócua se o aparato estatal de fiscalização não puder contar com o suporte do cidadão. Campanhas visivelmente dispendiosas, eventuais indícios de caixa dois e outras práticas desleais que sugeriram abuso de poder econômico só podem ser freados se houver controle por parte da sociedade.

Tal controle pode coibir crimes eleitorais, mas não impede que o jogo político seja realizado, em 2016, nos mesmos patamares ideológicos e pragmáticos dos anos anteriores, que conduziram ao atual estado dos fatos na política brasileira. Nesse campo, não parece estar no horizonte uma expectativa de mudança.

Um vislumbre desse quadro foi possível durante o debate com os onze candidatos à prefeitura de Belo Horizonte. Assistiu-se a um padrão de discurso que poderia ser confundido com uma reedição de eleições anteriores. Além das promessas típicas, pouco há que se faça suspeitar de que qualquer deles tenha um projeto claro para a cidade. Como as regras eleitorais em vigor não exigem dos candidatos que apresentem e se comprometam a cumprir um programa de governo consistente, sobram ideias genéricas e propostas incapazes de se concretizarem como um plano de ação.

Isso não significa que não estejam em andamento distintos projetos para a cidade, presas a concepções políticas diversas. Contudo, tais diferenças podem ser percebidas apenas nas entrelinhas do discurso de campanha, ao invés de serem expostas e debatidas. A menção de incontáveis propostas pontuais para saúde, educação, segurança e tantos outros temas esconde a falta de vontade política de discutir questões de fundo.

Vale dizer que entrar na campanha sem ter plano de governo desempenha uma função importante para candidatos e partidos. Havendo feito o discurso eleitoral com frases e propostas vazias, na condução de seu governo, o eleito reduz a incômoda obrigação de explicar à sociedade as razões pelas quais venha a descumprir promessas feitas.

Para a sociedade, só há prejuízos nessa forma de funcionamento. Ao invés de ser uma ação prevista e calculada de modo a ter sua eficácia aumentada, a gestão passa a ser feita como uma reação às necessidades que vão aparecendo no cotidiano. Esse imprevisto abre a possibilidade de todo tipo de casuísmo e impede a destinação de recursos públicos àqueles que de fato dele mais necessitariam. Em outras palavras, tal imprevisto perpetua um modelo que se apropria da gestão pública para alcançar objetivos privados e egoístas.

É exemplar dessa situação a abordagem que alguns candidatos fazem da segurança pública. Repete-se sempre o mesmo bordão que identifica segurança com aumento do efetivo e repressão policiais. Há quem diga que a solução para os dilemas passa pela assunção de maior parcela da responsabilidade pelo município. Outros reduzem a questão à criminalidade e pretendem associá-la, de forma linear, às políticas públicas de inclusão social. Parece não estar em foco a compreensão da segurança como uma política que exige enfrentamentos econômicos, sociais, educacionais, sanitários etc.

Também parece estar subvalorizado o fato de que os problemas de segurança se manifestam no município, mas vão além de suas fronteiras. Nenhuma medida será eficaz se não houver uma abordagem para além dos limites locais. Semelhante carência de uma visão mais sistêmica das questões municipais parecem marcar várias outras políticas, como a saúde, a educação, o transporte público.

Alguns candidatos parecem ser uma exceção ao juízo aqui expresso, já que dão indicativos de que vislumbram os problemas apontados acima. Contudo, mesmo em tais casos, as propostas de políticas públicas que eles elaboram não se fazem preceder de uma questão de base: não se tem ouvido no discurso de campanha a preocupação de responder que modelo de cidade se espera construir.

Por exemplo, ao se planejarem vias e regras de circulação é preciso decidir quem será mais beneficiado: os pedestres ou os veículos automotores; o transporte coletivo que atende grande número de pessoas, ou o transporte privado e individual.

Outra questão: o preço pago pelo usuário do ônibus deve, no modelo em vigor, cobrir os custos e garantir lucro às empresas que fornecem o serviço de ônibus. No entanto, nas campanhas eleitorais nunca se discute com a sociedade (que paga pelo serviço) qual é e qual deveria ser a taxa de lucro razoável. Discutir o transporte público implicaria dizer com clareza e transparência para o eleitor como cada candidato pretende tratar questões como essa. Talvez isso possa vir a ser, para o cidadão, na hora de avaliar as prioridades nesse setor, mais urgente do que certas obras, alardeadas como indispensáveis.

Para que o eleitor possa julgar um programa de governo, essas perguntas carecem de respostas precisas e qualificadas, isto é, sem recorrer a lugares comuns e palavras evasivas como a ideia de que se pretende governar para “todos” ou para o “povo”.

Ainda mais grave é a constatação de que, não obstante o discurso favorável à inclusão dos mais

pobres e outras promessas que podem cair no gosto do eleitor, há candidatos em cuja trajetória na vida pública (no Legislativo e/ou no Executivo) já demonstraram uma prática política comprometida com modelos elitistas de sociedade e concepções de governo pouco participativas. Muito pouco ou quase nada disso transparece até agora como fator para a decisão de voto pelo eleitor.

Na conclusão do evento, destacou-se a necessidade de que os planos de governo sejam produzidos em diálogo com a população, e não por especialistas fechados em gabinetes e alheios à percepção que a própria sociedade tem a respeito da cidade e de seus problemas. Em especial, é preciso estar atento aos segmentos sociais que enfrentam maiores restrições em seu direito de apresentar suas demandas. A prioridade de políticas que gerem maior inclusão social e econômica foi apresentada como uma condição para haver uma cidade mais igualitária.

## O cenário nacional e as eleições municipais

Encerrou-se, em agosto, o prazo para os partidos políticos realizarem as convenções nas quais deveriam se decidir a disputar as eleições de 2016. Como dito acima, em Belo Horizonte, foram oficializados, junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), onze candidatos a prefeito; para vereador, registraram-se 1.429 candidatos (a Câmara hoje é composta por 41 vereadores). Em Contagem, são 10 aspirantes ao cargo de prefeito e 543 pretendem compor o Legislativo Municipal, atualmente com 21 vereadores. Betim conta 11 candidatos disputando o Executivo municipal e 537 pleiteiam uma das 23 vagas no Legislativo. Teoricamente, alterações são possíveis, mas esse é o quadro que deve se manter até as eleições.

Os meses que antecederam à formação dessa grade de disputa foram marcados por intensa movimentação. Em alguns partidos, houve súbitas mudanças de rumo que foram espetacularizadas e apresentadas pela imprensa como reviravoltas surpreendentes. No entanto, um olhar mais habituado à observação política reconhece, em tais desvios de rota, apenas a concretização

de possibilidades, algumas mais previsíveis do que outras.

O cenário das eleições de 2016 permite vislumbrar como se posicionam as diferentes forças políticas que atuam em Belo Horizonte. Não obstante algumas peculiaridades locais, uma lógica muito parecida parece presidir a negociação política em Contagem e Betim. Em conjunto, esses três municípios determinam o cenário na Região Metropolitana.

Por um lado, é imperativo constatar que os municípios não são mera reprodução da política nacional em menor escala. Pode-se supor que, em cidades menores, questões locais adquirem, às vezes, maior importância do que os embates mais gerais. Contudo, não se pode evitar a contaminação das eleições municipais pela turbulência que, intensificada nos últimos anos, acabou levando ao processo de deposição da presidente da República, ainda em curso. Nas maiores cidades da região metropolitana, vivem-se ainda desdobramentos da polarização entre PT e PSDB, que há anos vem dominando o espectro político.

Embora esses dois partidos estejam sendo, há algum tempo, os principais protagonistas, há outros partidos, como o PMDB e o PSB que, com total conivência, têm aceitado e se beneficiado das atuais regras do jogo e continuam a reproduzir o atual modelo de barganhas e negociações. Desde os acordos, cujos termos não são transparentes, feitos com vistas ao financiamento de campanha até o loteamento de cargos de governo são práticas adotadas por esses e inúmeros outros partidos, tornando a política pouco democrática e distante das reais necessidades e anseios do cidadão.

São diversas e até contraditórias as leituras sobre as eleições, disseminadas nos meios de comunicação de massa. No entanto, há uma tendência, entre as opiniões publicadas, a desconhecer um equívoco presente no uso da bipolarização partidária como categoria de análise. A redução do atual quadro político a uma oposição entre tucanos e petistas pode ser um excesso de simplificação. Não parece haver razão para eximir de responsabilidade pela atual crise política outros partidos que ficam invisíveis quando se pensa a situação focalizando apenas o antagonismo entre PT e PSDB.

Além disso, os fatos recentes – tanto no plano nacional como em torno da capital mineira – já começam a ensejar um questionamento comum sobre a persistência do modelo dual. Diversos rearranjos políticos foram realizados em face da intensa campanha contra o Partido dos Trabalhadores (PT), conduzida pela mídia e por inúmeros outros segmentos sociais mais conservadores.

O argumento segundo o qual esse partido se corrompeu – e isso o teria levado à execração pública – começa a ser olhado com descrédito. Embora possa não ser total e necessariamente falso, tal ponto de vista mostra-se como excessivamente simplificador.

De acordo com a reiterada tese midiática, o PT representaria a institucionalização da corrupção no país. Sob a perspectiva de quem problematiza essa leitura, semelhante explicação é discutível, pois acusações de mesmo teor, quando feitas a outros partidos, não surtiriam o mesmo efeito que geram quando o Partido dos Trabalhadores é o acusado.

Segundo análises que seguem tal viés, essas notícias não produziram o mesmo estardalhaço

midiático; um certo perfil de militantes de redes sociais mostraria uma sanha justiceira menos ardente; e as próprias instituições do Estado, como a Polícia Federal e o aparato judiciário, estariam empenhando menos esforços para punir corruptos de outros partidos.

Num contexto fortemente afetado por emoções, é bastante difícil estabelecer a validade dos argumentos que pendem para um ou para outro lado. Ainda assim, quem contesta essa forma de leitura fica com a incômoda constatação do relativo silêncio frente às notícias que dão, como envolvidos em corrupção, políticos de diversos naipes. Estes seguem placidamente no exercício de funções públicas, tanto no Poder Executivo como no Legislativo, apesar de graves acusações, inclusive de ordem penal. Exemplos como o de alguns parlamentares famosos e até ministros de Estado são apenas situações mais flagrantes, mas os casos tendem a se multiplicar, citados quase diariamente nos jornais.

Tais fatos têm provocado estupefação até na imprensa internacional. Em diversos países têm sido publicadas matérias que questionam como é possível que a presidente da República venha a ser deposta, alegadamente por causa de questões técnicas e/ou contábeis, ao passo que outros tantos políticos – notórios praticantes de atos raramente apurados – passam incólumes.

Se, por um lado, o cotidiano se encarrega de problematizar o simplismo que faz do governo petista a origem de todos os males, não parece razoável deixar de lado o fato de que os próprios partidos de esquerda vivem um momento de perplexidade. Essa é uma constatação comum nas análises, publicadas principalmente fora da grande mídia. Coloca-se em debate, inclusive, o significado que as próprias noções de “esquerda” e de “direita” foram adquirindo na política brasileira nestes últimos anos.

Primeiramente, a experiência de estar no Governo enseja não apenas boas práticas e proposição de políticas públicas. Também facilita o contato com vícios históricos associados à gestão da máquina estatal. Ampliando-se a exposição ao poder, multiplicaram-se os casos em que o bem comum acabou tragado por interesses egoístas. Em outros termos, o que tal crítica indica é que, tendo chegado ao governo, muitas das práticas tidas como condenáveis foram paulatinamente

incorporadas, sob justificativas sempre mais pragmáticas e cada vez menos programáticas.

Outra questão frequentemente lembrada é o fato de que os partidos identificados com o governo petista fragilizaram suas relações com os interesses e objetivos estratégicos dos movimentos sociais, aos quais sempre estiveram vinculados desde sua criação. Isso teria levado, supostamente, a um esvaziamento de seu discurso. De acordo com esse olhar, tais partidos não estariam se mostrando capazes de elaborar com clareza sua estratégia e, menos ainda, estariam conseguindo se comunicar com a sociedade.

De volta ao ponto de partida, uma questão a ser respondida, no processo eleitoral de 2016, é se o cenário aqui descrito haverá de significar o fim da suposta polarização entre tucanos e petistas. Os analistas se dividem na forma como enfrentam esse tema. Na mídia mineira, encontra-se, por um lado, o tom celebrativo das forças que se entendem como “vitoriosas” e reeditam o discurso de que chegou o “fim da história”, com aquilo que elas consideram ser a derrocada do petismo. Desse ponto de vista, as eleições de 2016 seriam um confronto entre forças de um mesmo vetor político que, até agora, estavam taticamente unidas para debelar o “inimigo comum”, representado, para tais grupos, pelo PT.

Outras abordagens enxergam como momentâneo o abatimento do petismo após vários anos de ascensão. Defendem que os partidos “de esquerda” deverão voltar à resistência e à ação reivindicatória, num contexto em que muitas políticas públicas e diversos direitos sociais estariam sob cerrado ataque. As eleições atuais seriam, então, o primeiro passo para produzir o exa-

me do percurso feito até aqui e para recomeçar a partir dos escombros.

Como discutido a seguir, pelo menos em Belo Horizonte, neste ano, apareceu uma profusão de candidaturas, ansiosas por se aproveitar desse vácuo que, na imprensa, alguns analistas dizem existir, ocasionado pela pretensa diminuição da capacidade de influência petista. Como pode ser visto nas seções abaixo, o cenário é complexo e qualquer inferência dessa natureza tende a ser temerária.

Além dos elementos aqui já apontados, é preciso levar em conta que as eleições de 2016 não se esgotam em si mesmas. Principalmente na capital, o processo de decisão quanto ao lançamento de candidaturas foi permanentemente projetado sobre o horizonte mais remoto das eleições de 2018. Os resultados de agora podem ter repercussões sobre os planos de futuro que os líderes de cada legenda traçam para si e seus correligionários conquistarem, daqui a dois anos, quando ocorrerão eleições para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais.

Frente a todas essas questões, parece possível concluir que a avaliação política do atual momento exige que se amplie o panorama para compreendê-lo sob o enfoque da disputa ideológica de mais vasto espectro em curso na sociedade. Isso não implica desconsiderar os projetos, imediatos ou de médio prazo, que os partidos delinearam como parte de suas táticas de consecução do poder nos municípios. Por essas razões, é de se supor que as eleições de 2016 são um evento com alcance temporal maior do que os quatro anos de mandato que começarão a partir de janeiro.

## Disputa nos maiores municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Da discussão feita acima é possível inferir que, mesmo em face da decadência do modelo dual que talvez já possa ser vislumbrada, parece que inevitavelmente as eleições de 2016 serão realizadas em meio aos estilhaços que restam dessa forma de organização política no país. Essa é uma situação em que o dado conjuntural pode contribuir para compreender tendências mais perma-

nentes na correlação das forças atuantes na sociedade.

Na Grande Belo Horizonte, tem-se a impressão de que, desse momento peculiar, resulta uma ausência quase completa de projetos para os municípios. No discurso que já vem sendo elaborado pelos partidos e seus candidatos, não se veem indicações de que eles têm preocupação com o planejamento de longo prazo para os

grandes centros que pretendem administrar, da mesma forma que lhes falta a todos uma visão de conjunto sobre o futuro da região metropolitana. Sem constituir propostas consistentes, a ação e o discurso políticos têm pendido, nos partidos, para a persecução de objetivos fragmentários e, em muitas situações, se reduzido ao personalismo.

Na gestão de Belo Horizonte, por exemplo, há uma priorização de táticas que beneficiam empresas, privilegiando o uso privado de espaços e serviços. Basta lembrar a polêmica gerada pela proposta de “ocupação urbana consorciada”, feita pelo Governo Lacerda, em 2013, que favorece construtoras e o setor imobiliário em geral, mas sofre severas críticas dos movimentos sociais que veem, no modelo, o favorecimento a práticas especulativas.

Em várias situações semelhantes, os movimentos sociais se queixam por não estarem sendo ouvidos. Afirmam ver em andamento, com o modelo de gestão utilizado por Marcio Lacerda, um viés privatista e higienista, que trata a cidade como espaço para quem já é economicamente incluído. Segundo a perspectiva crítica presente nos movimentos sociais, essa forma de governo trata a gestão pública como negócio ao invés de concebê-la como *locus* de formação de políticas inclusivas e universalistas.

Embora este e outros exemplos apontem para uma dada concepção de cidade, parece difícil dizer que, no conjunto, eles representem um projeto claramente definido. Antes, parecem iniciativas difusas, sem a consistência de um projeto. Isso não significa que tais medidas não tenham impactos concretos no cotidiano dos cidadãos, em particular daqueles mais pobres.

Vale perguntar, no entanto, se em Contagem, com o governo do PCdoB – um partido ao qual se usa atribuir um histórico vínculo com os interesses preconizados pelos movimentos sociais –, existe um projeto urbano claramente definido. Em certa análise, não faltam reclamações daqueles que se ressentem do desmonte de políticas públicas substituídas por medidas assistenciais e clientelistas realizadas no governo Carlin Moura nessa cidade.

Ressalvadas as devidas diferenças entre os dois casos, ambos embasam a comum constatação de que faltam projetos para as cidades. Na falta de políticas estratégicas, os governos muni-

cipais parecem reduzidos à administração dos problemas cotidianos, sem capacidade para planejamento de longo prazo. É exemplar o caso de Betim com o fechamento de serviços de saúde e outras situações críticas. Nas decisões do cotidiano da gestão os interesses populares acabam engolidos por outros, sustentados por quem tem maior influência para tal.

Nesse ambiente, surgem nos municípios da Grande Belo Horizonte vários candidatos que representam a continuidade e o aprofundamento de uma concepção privatista de cidade. Há outros; falta-lhes, porém, densidade nas propostas para que se constituam como alternativa. Não se ouve um discurso consistente de oposição. Ao invés disso, começa a se erguer um outro grupo, composto por candidatos com forte apelo popular e discurso populista. Usam discursos que podem agradar o ouvido das pessoas menos informadas. Em Belo Horizonte, um candidato chegou a dizer que “toda vez que você vê médico, polícia e professor você está vendo Deus”. É uma frase de efeito, mas vazia de qualquer conteúdo positivo.

Outra situação é representada por aqueles candidatos que se dizem representantes de certas parcelas da sociedade. Há quem pretenda falar em nome de algum movimento da Igreja Católica ou, até mesmo, em nome de todos os católicos. Alguns se dizem candidatos dos evangélicos; outros alegam ser candidatos da torcida de um ou outro time de futebol.

Além de essa suposta representação ser, possivelmente, mais um desejo do candidato do que uma realidade, esse tipo de discurso tenta se beneficiar do voto de confiança do eleitor menos avisado. Fora isso, mesmo que fosse verdade que algum candidato tivesse sua base em certo segmento social, poder-se-ia duvidar de que, por si só, essa origem fosse capaz de fazer dele um governante melhor, à altura dos desafios inerentes à gestão de uma cidade.

Por fim, como discutido abaixo, alguns dos partidos “de esquerda” passaram a assumir formas de disputa eleitoral idênticas àquelas praticadas pelos partidos “de direita”. Até agora eles não têm sido capazes de demonstrar que possuem um projeto consistente e de longo prazo para as cidades metropolitanas. Outros entendem que as eleições são ineficazes e delas participam ape-

nas de forma tática, confiantes que a solução para o país deve passar por uma reforma mais estrutural do aquela oferecida por um processo eleitoral. Pode-se divergir ou partilhar de tal visão, mas não se pode esperar daí uma proposta imediata de gestão da cidade.

Além disso, as eleições de 2016 ocorrem em um momento de particular desgaste daquilo que comumente se entende por “política”. Ainda parecem ecoar, na (agora estranhamente calada) voz das ruas, os gritos lançados em 2013 que censuravam os políticos e se recusavam a ver neles os representantes legítimos do povo. O coro que então se erguia foi reduzido à voz dos movimentos sociais em defesa da democracia e na luta pela manutenção de direitos. Há um silêncio incômodo daqueles que retumbavam, das sacadas dos edifícios de classe média, as suas panelas.

Por um lado, a conjuntura econômica, os sucessivos casos de corrupção; por outro, a conjunção da grande imprensa, quase unívoca, que atribui a um só partido a origem dos males históricos da política brasileira. São fatores que reforçam o descrédito da política instituída. Encontram seu ponto alto na deposição da presidente petista cujo processo, oficialmente, segue em andamento, mas já figura como irreversível. Este último evento sugere que, no Brasil, nem mesmo o princípio básico da democracia – o respeito ao resultado de eleições legítimas – está garantido. Dessas condições parecem resultar, no eleitor, um certo ceticismo que por vezes se converte em puro desprezo pela política e outras instituições sociais.

Como destacado acima, os partidos comumente associados a projetos “de esquerda” encontram-se acuados. Nos anos do governo petista no plano federal, tais forças políticas – atraídas pelo fascínio e outras vantagens do poder – perderam-se em disputas menores. Mesmo os bem intencionados divergiram em questões táticas e ideológicas, ocupados com objetivos imediatos e incapazes de constituí-los como estratégia. Digladiaram entre si não enxergando os reais adversários e os processos históricos de longo prazo.

Boa parcela dos partidos reconhecidos como “de esquerda” entrou no jogo das disputas eleitorais, submetendo-se às mesmas regras com as quais os conservadores já eram familiarizados.

Afastaram-se de seus militantes e se embrenharam na nebulosa negociação com empresas para angariar verbas e sustentar campanhas milionárias. Agora, sob ataque cerrado vindo de empresários e latifundiários, do poder Judiciário, dos segmentos mais reacionários da sociedade e especialmente da mídia, os partidos que tinham alguma representação das classes mais populares estão sitiados e incapazes de reagir.

Atualmente, as formas de fazer política que tais partidos reconhecem estão contaminadas pelo pragmatismo eleitoral. Perderam a habilidade de falar diretamente às classes sociais que representam. Olhando para o cenário de 2016, como se fará em seguida, é difícil não identificar tal marasmo nos partidos que, em seu discurso, se definem como “esquerda”. Já aqueles setores que mantiveram vínculo com os movimentos populares e sociais, enfrentam dificuldade para se comunicar com a sociedade. Às dificuldades internas somam-se outras, impostas por uma legislação eleitoral que cria severos obstáculos para os pequenos partidos.

Em Belo Horizonte, frente à vacância gerada pelo escasso protagonismo dos partidos “de esquerda”, cresceu a autoconfiança dos partidos associados ao lado oposto no espectro político. Tal otimismo da “direita” é justificado pelos resultados dos últimos pleitos e, em se mantendo a tendência traçada nas eleições para presidente e para governador, há reais possibilidades de vitória para esse campo político que, na capital, orbita o senador Aécio Neves e o Prefeito Marcio Lacerda. Esse otimismo só é limitado pelo fato de que, na Capital, nem eles e nem os outros partidos possuem candidatura que goze do conhecimento e da preferência do eleitor.

Pesa sobre todos os partidos o fardo de uma campanha abreviada pela legislação que passou a vigorar depois da reforma eleitoral atabalhoada e sem discussão com a sociedade, feita pelo Congresso Nacional no ano passado. Acrescentando-se a proibição do financiamento por empresas, imposto por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), tem-se uma campanha mais curta e, talvez, com menos dinheiro. Potencialmente, essas condições beneficiam candidatos que já sejam minimamente conhecidos pelo eleitor. Abre-se, então, um espaço propício para a candidatura de “celebridades”, como é o caso do candidato a

prefeito em Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PHS), ex-presidente do Clube Atlético Mineiro, que apareceu, já na primeira pesquisa publicada, em terceiro lugar na disputa.

Ao longo deste texto, as noções de “direita” e “esquerda” estão sendo utilizadas como categorias de análise, mas é preciso explicitar que essas palavras vêm se tornando, na prática da política eleitoral, sempre mais problemáticas. Se é verdade que há uma aparente coerência histórica e ideológica quando se forma, em Belo Horizonte, uma chapa entre PT e PCdoB, essa imagem se esvanece quando se considera que este último partido fez coligação com um habitual oponente, o empresário Vittorio Mediolì (PHS), em Betim. Ao que parece, na análise da política partidária, critérios dualistas não resistem frente a todo tipo de aliança em que inimigos de ontem se apresentam hoje como aliados.

Ainda tratando do mesmo tema, quando 2016 começou, havia, no discurso da imprensa mineira, um entusiasmo ao afirmar a possibilidade de

uma vitória inexorável do candidato que – então se supunha – seria lançado conjuntamente pelo prefeito Marcio Lacerda (PSB) e pelo senador Aécio Neves (PSDB). A expectativa de uma vitória acachapante fez efervescer a ambição. Divididos na defesa de projetos particulares, a candidatura unificada não se concretizou. Lacerda e Aécio estão, pelo menos por enquanto, separados e já protagonizaram, na imprensa, uma disputa de versões para o impasse.

Amigos de longas datas se tornam inimigos e vice-versa. O pragmatismo parece falar mais alto do que as convicções. Tais fatos podem gerar vertigens nas pessoas que acompanham mais de perto a política. Entretanto, para o cidadão alheio ao cotidiano da política partidária, essa mistura conduz frequentemente à total indiferença ao perfil “ideológico” das legendas e de seus candidatos. Consolida-se, dessa forma, a constatação do senso comum que reduz à “farinha de um mesmo saco” todas as diferenças.

## Candidaturas em Belo Horizonte, Contagem e Betim

Pelo menos desde 2015, o atual prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda (PSB) fez intensa movimentação tática para se constituir como uma liderança na cidade e no estado. No começo de sua carreira política foi alçado, da condição de desconhecido pelo público, à vitória eleitoral. Esse movimento ocorreu graças ao apoio de seus padrinhos políticos, Aécio Neves (PSDB), na época governador de Minas Gerais, e Fernando Pimentel (PT) que então encerrava seu mandato à frente da Prefeitura de Belo Horizonte. Concluindo agora seu tempo como governante da cidade, atos recentes de Lacerda deixam pressentir sua tentativa de consolidar autonomia política.

É consenso entre os analistas que o objetivo estratégico de Lacerda está posto em 2018, quando poderá disputar cargos majoritários como o de governador ou o de senador. Não faz muito tempo, até a Presidência da República foi cogitada por certas análises como horizonte possível para Lacerda. O fato é que, desde meados de 2015, quando a disputa eleitoral em Belo Horizonte começou a se instalar mais claramente, o prefeito Marcio Lacerda (PSB) buscou se posicio-

nar para a disputa em curso. Afinal, seu futuro político seria facilitado se agora ele conseguisse lançar um candidato para sucedê-lo.

Ao longo desses anos, a sinuosidade foi se tornando uma marca da prática política do atual prefeito. Já se sabe que, de Lacerda, convém esperar que as decisões eleitorais sejam proteladas até o último momento. Foi assim, por exemplo, em 2014, quando sua posição quanto à candidatura a governador se arrastou por meses, até os últimos dias a ele facultado pela lei.

Com a procrastinação, ele se mantém sob os holofotes da mídia, mas são gerados, como efeito colateral, o desgaste e a ansiedade da espera entre seus potenciais aliados. Em meio a idas e vindas, o fato de haver feito uma declaração que aponte um dado rumo não garante que, algum tempo depois, uma decisão contrária não seja tomada. Sempre são dadas, para esse comportamento, justificativas idealistas que apregoam o comprometimento com “metas e objetivos” e com a melhoria da “qualidade de vida das pessoas”. No final, porém, as decisões acabam tendo um caráter bem mais pragmático. Ficam em se-

gundo plano a fidelidade a instâncias partidárias ou a lealdade às pessoas que, no processo, acreditaram receber dele algum apoio político.

No momento em que este texto estava sendo escrito, na segunda quinzena de agosto, encontrava-se disponível, no *site* do PSB de Belo Horizonte, uma nota do partido que afirmava ser Paulo Brant (PSB) a escolha ideal para disputar a eleição na Capital em 2016. Ainda está disponível no mesmo local a ata da convenção que lançou essa candidatura. Contudo, logo após a convenção do partido haver ratificado essa decisão, os rumos mudaram e, hoje, Marcio Lacerda e seu partido compõem chapa com o seu atual vice-prefeito, Délio Malheiros (PSD). Uma rápida busca na internet revela incontadas vezes em que o apoio às pretensões de candidatura de Malheiros havia sido negado, inclusive com públicas demonstrações de insatisfação por parte deste último.

Nesse mesmo período, a imprensa dava destaque para a troca de farpas entre Paulo Brant e Marcio Lacerda. O primeiro afirma ter ficado sabendo por terceiros do abandono de Lacerda. Este último diz ter desistido da candidatura porque teria processos correndo contra Brant no Banco Central, supostamente por haver cometido infrações na gestão do Bemge. Para Brant, contudo, a desistência se deve ao fracasso de Lacerda na tentativa de angariar apoio de outros partidos para viabilizar a candidatura. Seja como for, o fato é que o objetivo de constituir um candidato do PSB para suceder Lacerda naufragou.

Na mídia, foram abundantes as especulações sobre esse acontecimento desde o início. Há uma hipótese sempre reiterada de que Aécio Neves (PSDB) teria posto em ação acordos de cúpula, em Brasília, para inviabilizar os apoios que Marcio Lacerda buscava para seu candidato. Um dos sinais apontados como evidência de tal manobra, foi a súbita retirada do apoio do PRB, que conduziu o PSB de Lacerda a um insustentável isolamento político. Outro fato lembrado, nesse contexto, é a indicação, pelo PSD, de um importante quadro para coordenar a campanha de Délio Malheiros (PSD).

Entretanto, há outra tese em circulação, segundo a qual a desistência da candidatura própria do PSB nutrida por Lacerda seria resultado de um acordo deste com o senador Aécio Neves, media-

do pelo correligionário Antonio Anastasia (PSDB). Nesse caso, não teria havido ruptura alguma. No entanto, nessa confluência de fatores, poderia haver indicativo de que o senador Aécio Neves (PSDB) estaria apoiando duas candidaturas: a de seu próprio partido, o candidato João Leite (PSDB) e – como uma espécie de plano B – o candidato Délio Malheiros (PSD).

Mesmo que, por enquanto, tudo isso seja apenas especulação, os fatos já têm consistência para ameaçar a tese de que, pela primeira vez em duas décadas, as eleições em Belo Horizonte podem não se polarizar entre PSDB e PT. Não parece inteiramente descartado um novo confronto entre o senador Aécio Neves (PSDB) e o governador Fernando Pimentel (PT). O primeiro tem como candidatos a prefeito e a vice-prefeito por seu partido, respectivamente, o atual deputado estadual João Leite (PSDB) e o vereador Ronaldo Gontijo (PPS). Já pelo partido do governador será o deputado federal Reginaldo Lopes (PT) o candidato a prefeito, tendo como candidata a vice-prefeita a deputada federal Jô Moraes (PCdoB).

No entanto, há outras candidaturas que, no arco de alianças, têm a possibilidade de se aproximar de um ou de outro campo, num eventual segundo turno. Alguns, presumivelmente, encontram-se hoje mais próximos dos tucanos. Nesse grupo, podem se colocar Délio Malheiros (PSD) e seu vice, Josué Valadão, ex-secretário de obras e de governo na Gestão Lacerda. Também pode seguir esse mesmo alinhamento o candidato a prefeito Sargento Rodrigues (PDT). Na maioria dos casos, porém, seria prematura qualquer afirmação sobre os destinos a serem tomados no segundo turno. Entram nessa zona de indefinição: Alexandre Kalil (PHS), Eros Biondini (Pros), Luis Tibé (PTdoB), Marcelo Álvaro Antônio (PR) e Rodrigo Pacheco (PMDB).

Restam ainda as candidatas Maria da Consolação (PSOL) e Vanessa Portugal (PSTU) que, presumivelmente, tanto podem, num segundo turno, apoiar um candidato mais próximo do governador petista como recusar apoio a quem quer que seja.

Já após o início da campanha eleitoral em Belo Horizonte, uma pesquisa colocou João Leite (21%) e Alexandre Kalil (11%) como primeiros colocados nas intenções de voto. Ambos detêm um outro resultado marcante: eles sofrem a mai-

or rejeição por parte do eleitor: 24% dizem não votar em Kalil, ao passo que 20% rechaçam João Leite.

Os demais candidatos ocupam um confuso terceiro lugar em que todos possuem, dentro da margem de erro, entre 2% e 5%. Não sabem em quem votar ou não responderam a pesquisa 16%. Pretendem votar em branco ou anular o voto outros 20%.

Em Contagem, são 10 candidatos: Ademir Lucas (PR), Alex de Freitas (PSDB), Carlin Moura

(PCdoB), Domingos de Castro (PPL), Eduardo Ferreira (PRTB), Geraldo Araújo – Batata (PSTU), Jander Filaretti (PMDB), Kaká Menezes (Rede), Monique Pacheco (Psol) e Rodinei (PSD).

Betim teve 11 candidaturas registradas: Beto do Depósito (PSDC), Dorinha (PSTU), Erasmo Carlos (PSC), Eutair Santos (PT), Fernando Mendonça (PSL), Ivair Nogueira (PMDB), Vittorio Mediolli (PHS), Welinton Sapao (PPS), Wenceslau Moura (PSB), Wilson de Souza (PSOL) e Zulu (PCB).

## Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Uma versão preliminar deste documento foi submetida a apreciação pelo Coletivo Arquidiocesano de Fé e Política, em reunião do dia 10 de agosto de 2016.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves